

Uma análise dos currículos de Licenciatura em Física sob a perspectiva de Justiça Social

Gonçalves Faria Rocha, Larissa
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
lgf.rocha@unesp.br
ORCID ID: 0000-0001-7814-9268

Resumo: Partindo dos avanços e retrocessos das lutas da comunidade LGBTQIAPN+ na América Latina, mais especificamente, no Brasil, o presente trabalho apresenta uma análise dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (São Paulo/Brasil) tendo como foco as questões relativas às diversidades de gênero e sexualidade na formação de inicial de professores de Física. Metodologicamente, o trabalho foi conduzido sob a perspectiva bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser e apresenta conclusões com reflexões a respeito do reconhecimento e da redistribuição na objetividade da formação.

Palavras-chave: Licenciatura em Física; Reconhecimento; Redistribuição.

Un análisis de los currículos de la Licenciatura en Física desde la perspectiva de la Justicia Social

Resumen: A partir de los avances y retrocesos de las luchas de la comunidad LGBTQIAPN+ en América Latina, más específicamente, en Brasil, este artículo presenta un análisis de los Proyectos Políticos Pedagógicos de las carreras de Licenciatura en Física de la Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (São Paulo/ Brasil) con enfoque en cuestiones relacionadas con la diversidad de género y sexualidad en la formación inicial de profesores de Física. Metodológicamente, el trabajo fue realizado bajo la perspectiva bidimensional de la Justicia Social de Nancy Fraser y presenta conclusiones con reflexiones sobre el reconocimiento y la redistribución en la objetividad de la formación.

Palabras clave: Licenciatura en Física; Reconocimiento; Redistribución.

An analysis of the Physics Degree curriculum from the perspective of Social Justice

Abstract: Starting from the advances and setbacks of the struggles of the LGBTQIAPN+ community in Latin America, more specifically, in Brazil, this paper presents an analysis of the Pedagogical Political Projects of the Degree in Physics courses at the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (São Paulo/ Brazil) focusing on issues related to gender and sexuality diversity in the initial training of Physics teachers. Methodologically, the work was conducted under the two-dimensional perspective of Social Justice by Nancy Fraser and presents conclusions with reflections about recognition and redistribution in the objectivity of degree.

Keywords: Physics Degree; Recognition; Redistribution.

1. Introdução

Na atualidade, as lutas da comunidade LGBTQIAPN+ se encontram entre avanços e retrocessos na América Latina, sobretudo, no Brasil, país que por anos liderou rankings referentes a violências contra tal população. Embora haja escassez de dados governamentais, associações e organizações sem fins lucrativos organizadas por e para pessoas de tal população atuam de forma autônoma para, dentre outras atividades, levantar dados. Dessa forma, sabe-se que o Brasil é um dos países mais perigosos para a população LGBTQIAPN+, sendo por anos consecutivos o campeão no ranking de seus assassinatos, de acordo com dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Nesse cenário, no que tange ao ambiente escolar, compreendendo o currículo enquanto um campo de disputas, essas lutas encontram na Educação a possibilidade de potencializar tanto os avanços como os retrocessos, visto que, sendo a escola uma organização social contemporânea, que tanto influencia como é influenciada pela sociedade na qual está inserida, tal ambiente é capaz de ser propulsor de transformações sociais, mas, também, de colaborar para a institucionalização de violências às diversidades de gênero e sexualidade, a partir de reproduções de estigmas e preconceitos.

Nesse contexto, as professoras e os professores são peças fundamentais em sala de aula, já que podem, em suas falas, atitudes e posicionamentos, contribuir para o respeito às diversidades ou para a propagação de preconceitos.

Ao se pensar no ensino e na pesquisa, sabe-se que as disciplinas agrupadas no acrônimo STEM (no português, Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) são historicamente as com menor quantidade de mulheres, o que não se deve somente ao contexto educacional, mas abrange também o contexto cultural de desigualdades, havendo ainda um longo caminho para a equidade de gênero. Assim sendo, entende-se que as disciplinas dessas áreas precisam de uma maior atenção no que diz respeito ao tratamento às questões supracitadas.

Posto esse contexto, urge a necessidade de se compreender de que forma a formação inicial das professoras e dos professores tem (e, se tem) de fato objetificado o preparo para atuar sob uma perspectiva de Justiça Social. Dessa forma, o presente trabalho tem como intuito analisar o currículo dos cursos de Licenciatura em Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, São Paulo/Brasil) visando compreender em que medida tem sido providas as questões relativas às diversidades de gênero e sexualidade para os egressos que atuarão na Rede Básica nessa disciplina da área STEM.

2. Questão e Objetivos

2.1. Questão

Os cursos de Licenciatura em Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) formam seus egressos para atuar sob uma perspectiva de Justiça Social no que diz respeito às diversidades de gênero e sexualidade?

2.2. Objetivo geral

Analisar como (e, se) a formação inicial dos licenciandos em Física, prevista nos Projetos Político Pedagógicos (PPP), dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP contempla o tratamento às questões de gênero e sexualidade.

2.3. Objetivos específicos

Analisar qual o perfil dos egressos esperado de acordo com os documentos em questão.

Analisar se as questões relativas às diversidades de gênero e sexualidade são abordadas em disciplinas e/ou Atividades Teórico - Práticas de Aprofundamento (ATPA).

3. Referencial Teórico

Para se atingir o objeto a que esse trabalho se propõe, o referencial escolhido foi a filósofa Nancy Fraser, vinculada à tradição de pensamento da Teoria Crítica. Dentre seu vasto trabalho, foi selecionado, mais especificamente, o recorte de sua teoria bidimensional de Justiça Social - Redistribuição e Reconhecimento.

A filósofa conceitua redistribuição como os diversos remédios no enfrentamento às injustiças de âmbito econômico: “Pode envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas” (Fraser, 2006, p. 232).

Por outro lado, a autora apresenta reconhecimento como os remédios para a injustiça cultural:

É alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas. (Fraser, 2006, p. 232)

Embora a igualdade social e o reconhecimento cultural estejam em extremidades distintas, Fraser defende, em síntese, em sua concepção bidimensional, que os remédios de ambos são demandados frente aos dilemas contemporâneos das injustiças sociais. Dessa forma, sob a perspectiva de tais conceitos, os Projetos Político Pedagógicos serão analisados nas próximas seções do presente trabalho tendo em foco as questões supracitadas.

4. Caminhos Metodológicos

A UNESP possui seis cursos de Licenciatura em Física, em seis cidades do estado de São Paulo/Brasil, sendo que cada curso possui um Projeto Político Pedagógico

destinado a direcionar suas práticas pedagógicas tendo em vista o perfil do egresso que almeja.

Embora esses documentos sejam todos norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), além das resoluções e pareceres da Câmara de Educação Superior (CES) e do Conselho Estadual de Educação (CNE), pode haver diferenças em suas ênfases e princípios.

Nesse sentido, inicialmente foram pesquisados, no site institucional da UNESP, todos os Projetos Político Pedagógicos de interesse desse trabalho, para posterior análise. Os dados referentes à caracterização dos documentos e dos cursos em questão - identificação do câmpus, período do curso, modalidades e referencia do PPP - constam no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Caracterização dos cursos de Licenciatura em Física da UNESP

| Câmpus | Período | Modalidade | Referência |
|---------------------|----------------------|-------------------------|---|
| Bauru | Vespertino e Noturno | Bacharel e Licenciatura | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2023) Projeto Político Pedagógico do Curso de Física. Bauru. |
| Guaratinguetá | Noturno | Bacharel e Licenciatura | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2022) Projeto Político Pedagógico do Curso de Física. Guaratinguetá. |
| Ilha Solteira | Noturno | Licenciatura | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2019) Projeto Político Pedagógico do Curso de Física. Ilha Solteira. |
| Presidente Prudente | Noturno | Licenciatura | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2017) Projeto Político Pedagógico do Curso de Física. Presidente Prudente. |

| | | | |
|-----------------------|----------|-------------------------|---|
| Rio Claro | Integral | Bacharel e Licenciatura | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2019) Projeto Político Pedagógico do Curso de Física. Rio Claro. |
| São José do Rio Preto | Integral | Bacharel e Licenciatura | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2019) Projeto Político Pedagógico do Curso de Física. São José do Rio Preto. |

Fonte: Dados agregados pela autora.

É importante ressaltar que, assim como consta no Quadro 1, alguns campi da Universidade, além da modalidade de Licenciatura, também oferecem o Bacharelado. No entanto, como o intuito desse trabalho é discorrer especificamente sobre o os egressos que atuarão diretamente como docentes na Rede Básica, o perfil de egresso selecionado é o do licenciado.

Sequencialmente, após serem arquivados e caracterizados os documentos, a análise foi iniciada, sendo dividida em dois momentos. O primeiro, destinado a observar como há, e, se há, o tratamento das questões relativas às diversidades de gênero e sexualidade no perfil esperado dos egressos, partindo do pressuposto de que essa é a seção do PPP que evidencia qual a preocupação central com a formação inicial dos professores. Já o segundo momento, dedicado a análise da presença de tais questões em disciplinas ou Atividades Teórico - Práticas de Aprofundamento (ATPA).

5. Resultados

Os dois momentos de análise dos documentos resultaram na elaboração do Quadro 2, a seguir, no qual consta que na seção dos documentos foi encontrado o provimento das questões relativas às diversidades de gênero e sexualidades, nos casos em que foi.

Quadro 2 – Seções que abordam gênero e sexualidade nos PPP das Licenciaturas em Física da UNESP

| Câmpus | Perfil do egresso | Disciplinas e/ou Atividades Teórico– | Não consta |
|--------|-------------------|--------------------------------------|------------|
|--------|-------------------|--------------------------------------|------------|

| | | Práticas de Aprofundamento | |
|-----------------------|---|---------------------------------------|---|
| Bauru | | X | |
| Guaratinguetá | | X | |
| Ilha Solteira | X | | |
| Presidente Prudente | | | X |
| Rio Claro | | | X |
| São José do Rio Preto | | X | |

Fonte: Dados agregados pela autora.

O primeiro momento da pesquisa foi dedicado a analisar especificamente o perfil do egresso e, como consta no Quadro 2, dos seis campi, apenas um, Ilha Solteira, apresenta como um dos objetivos da formação inicial do docente a capacidade de lidar com questões relativas à diversidade de gênero e sexual. O PPP de Ilha Solteira, ainda ao falar do perfil esperado dos egressos, cita a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e, com isso, apresenta o comprometimento do curso em trabalhar tais questões:

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

VIII – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras. (BRASIL, 2015, p. 7-8).

Para além do perfil do egresso, no segundo momento, foi observado também se há disciplinas e/ou Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que abordem as questões de foco desse trabalho. Com isso, constatou-se que o câmpus de Bauru considera como norteador os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e, dessa forma, aponta que as disciplinas da grade curricular e as atividades desenvolvidas deverão ser norteadas por tais princípios e atribui para a disciplina “Ciência, Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano” a ênfase de os abordar. Dentre os ODS há, de fato, o propósito de igualdade de gênero, de forma então a se considerar este, conseqüentemente, um princípio do curso e um tópico dessa disciplina.

Já câmpus de Guaratinguetá, por sua vez, aponta as questões de diversidade ao abordar como devem ser realizadas as ATPA, indicando que cada estudante deverá realizar dois projetos temáticos e que devem utilizar a temática de direitos humanos, diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa ou de faixa geracional, indicando, portanto, que tais questões serão de fato trabalhadas durante a formação inicial dos futuros docentes de Física. Semelhante a Guaratinguetá, também como atividade Teórico-Práticas, o câmpus de São José do Rio Preto aponta uma carga de 20 horas a ser destinada especificamente para a temática de discriminação racial ou de gênero, orientação ou identidade sexual e opção religiosa, também evidenciando que tais temáticas serão necessariamente abordadas na formação.

Enquanto isso, nos PPP dos demais campi, Presidente Prudente e Rio Claro, seja como objetivos do perfil do egresso, como tópicos de disciplinas ou como ATPA, não há o tratamento de tais questões.

6. Conclusões

Os resultados da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos evidenciam que as questões relativas às diversidades de gênero e sexualidade são pouco presentes, principalmente, no que diz respeito ao perfil esperado do licenciado em Física, ou seja, a ocuparem de, fato, um local central de objetividade da formação. No que diz respeito às disciplinas e Atividades Teórico-Práticas o cenário em pouco diverge, também sendo encontradas pequenas tratativas.

Sob a perspectiva da teoria bidimensional de Fraser, pode-se compreender o provimento de tais questões como uma forma de reconhecimento, o que seria possível de ler como um remédio, tendo em vista a mudança cultural. Analogamente, a falta de presença, ou seja, a invisibilidade, demonstra, portanto, que tais questões ainda não ocupam um local de reconhecimento frente à luta por justiça social no âmbito cultural.

Tratando-se de um curso da área STEM, predominantemente masculino, é sabido que os marcadores de gênero se fazem presentes também na dimensão socioeconômica. Nas palavras de Fraser: O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pelo gênero. Esta estrutura constitui o gênero como uma diferenciação econômico-política dotada de certas características da classe (Fraser, 2006, p. 234).

Sendo assim, ao não ser evidenciada essa preocupação na composição dos documentos que regem as práticas pedagógicas e a objetividade de formação do curso, entende-se que, sob a ótica bidimensional, que também não há redistribuição.

Sabe-se que os Projetos Político Pedagógicos, como dito anteriormente, são norteados pelas Diretrizes referentes à Educação, formuladas tanto em âmbito nacional como em âmbito estadual. Se partimos do entendimento do currículo como um local de disputa de poderes e da escola como um ambiente que pode possibilitar a transformação social, é inegável que as Diretrizes voltadas à formação inicial das professoras e professores que atuarão na Educação Básica apenas evidenciam o interesse na superação das injustiças sociais no que diz respeito às diversidades de gênero e sexualidade ao visibilizar, fazer presente e, de fato, de trabalhar, essas questões, para, dessa forma, se ter como horizontes o reconhecimento e redistribuição.

Referencias bibliográficas

Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. *São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE*. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, 15(14-15), 231-239. <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>

Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015. (2017, 9 junho). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN22015.pdf?query=Cursos%20T%C3%A9cnicos%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio